

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Kathleen Soares Melo

Serviço Social na Educação Básica: demandas e desafios após a Lei 13.935/2019

Mariana- MG

2024

Kathleen Soares Melo

Serviço Social na Educação Básica:demandas e desafios após a Lei 13.935/2019

Trabalho de Conclusão do Curso da Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social
Orientador: Prof. Dr. André Monteiro Mayer

Mariana- MG
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M528s Melo, Kathleen Soares.
Serviço Social na Educação Básica [manuscrito]: demandas e desafios
após a Lei 13.935/2019. / Kathleen Soares Melo. - 2024.
53 f.: il.: color., gráf..

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistentes sociais. 2. Educação - Aspectos sociais. 3. Educação
básica. 4. Educação e Estado. 5. Liberdade. I. Mayer, André Luiz Monteiro.
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Kathleen Soares Melo

Serviço Social na educação básica: demandas e desafios após a lei 13.935/2019

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 05 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Kathiúça Bertollo - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Marlon Garcia da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto

André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/02/2024, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0666929** e o código CRC **7B823D6E**.

Este trabalho é dedicado à luta dos profissionais da área da educacional e principalmente dedicado a educação ao qual eu acredito ser parte fundamental da construção de uma sociedade emancipada.

AGRADECIMENTOS

Ao refletir sobre a jornada que me trouxe até este momento, vejo-me imersa em um turbilhão de emoções. A minha trajetória acadêmica foi mais do que uma mera busca por um diploma; foi sem dúvidas, uma experiência repleta de desafios e lágrimas, mas também um profundo crescimento pessoal e espiritual. Nesse caminho encontrei pessoas inesquecíveis que tornaram o trajeto um pouco mais leve.

Cada capítulo dessa trajetória foi marcado com suor e trabalho de uma mãe que acorda às 5h da manhã para iniciar sua jornada e que me apoiou durante essa etapa. A minha mais profunda gratidão pelos seus esforços e sacrifícios.

Agradeço a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final, foram inúmeros os momentos em que o trabalho falou mais alto que a busca pela educação continuada, afinal sabemos como o sistema é cruel nesse quesito.

Volto a agradecer aos meus pais Celso de Oliveira Melo e Neusa Abreu Soares que sempre estiveram ao meu lado oferecendo um apoio incansável ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Cada sacrifício deles é uma peça fundamental na construção deste sonho. As minhas irmãs Katrine e Kathylla, agradeço por serem fontes constantes de incentivo desde a aprovação na faculdade.

Ao meu noivo Brenner Gonçalves, agradeço pela compreensão, parceria e paciência demonstrada durante toda a minha graduação. Sua presença foi calma e o conforto para os dias difíceis. A sua família, que sempre se prontificou a me ajudar na busca pela minha formação, expresso minha sincera gratidão.

Gostaria também de agradecer ao meu orientador, André Monteiro Mayer, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa. Sua orientação foi fundamental na finalização deste ciclo.

A todos os meus professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, agradeço pela excelência da qualidade técnica de cada um. Em especial aos professores Marlon Garcia e Kathiúça Bertollo, cujo me orientaram durante o projeto de extensão “Mineração do OuTro”, no Lavras de Versos e sou imensamente grata pela experiência, a extensão é uma das partes mais querida que levo em meu coração. Foi através da extensão que pude me interessar pela área da educação e me conectar com adolescentes brilhantes e cheios de pensamentos críticos, opiniões e verdades.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho, cada parte desse trabalho contém um tributo a perseverança e luta pela busca incessante

pelo conhecimento. Não desisti do meu sonho mesmo diante das contradições que vivenciei para conseguir chegar até este momento. Então, com o espírito cheio de gratidão, expressei a cada indivíduo que passou pelo meu caminho um pouco de amor. Cada um de vocês tem um lugar importante marcado em minha história. Me lembrarei sempre com um profundo respeito e carinho.

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram.” (Jean Piaget)

RESUMO

Este estudo referente ao trabalho de conclusão de curso, tem como seu objetivo a análise acerca da influência da atuação dos assistentes sociais no campo de atuação educacional como parte do corpo escolar e das dificuldades que serão enfrentadas pelos profissionais ao se inserirem na educação pública básica, tendo em vista a Lei 13.935/2019. Neste presente estudo foi abordado a importância da inserção das(o) assistentes sociais neste campo de atuação e foi explicitado a importância urgente da efetivação desta Lei. Como método de pesquisa utilizado para a construção dessa discussão foi usado o referencial teórico marxista, utilizando principalmente obras de Karl Marx e István Mészáros. Com relação a metodologia, prevaleceu o referencial teórico-bibliográfico, através de pesquisas em textos dos referidos autores e referências em legislações federais, estaduais e municipais, em busca de uma perspectiva crítica sobre o tema.

Palavras – Chaves: Educação Transformadora; Capital; Estado; Trabalho da/o Assistente Social; Emancipação Humana.

ABSTRACT

Este estudio, referido al trabajo de finalización del curso, tiene como objetivo analizar la influencia del desempeño de los trabajadores sociales en el campo de la acción educativa como parte del cuerpo escolar y las dificultades que enfrentarán los profesionales al ingresar a la educación pública básica, en vista de la Ley 13.935/2019. En el presente estudio se abordó la importancia de la inserción de los trabajadores sociales en este campo de acción y se explicó la importancia urgente de la implementación de esta Ley. Como método de investigación utilizado para la construcción de esta discusión, se utilizó el marco teórico marxista, utilizando principalmente trabajos de Karl Marx e István Mészáros. En cuanto a la metodología, prevaleció el marco teórico-bibliográfico, a través de la investigación en textos de los autores antes mencionados y referencias en la legislación federal, estatal y municipal, en busca de una perspectiva crítica sobre el tema.

Palabras clave: Educación Transformadora; Capital; Estado; Labor del Trabajador Social; Emancipación humana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de analfabetismo.....	25
Figura 2 – Nível de Instrução Pessoas de 14 a 29 anos.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social

CRPs - Conselhos Regionais de Psicologia

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

FUDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Sumário

Introdução.....	13
1 – O capital e a educação	15
1.1 O capital em movimento.....	15
1.2 A educação na ordem do capital	19
2 – Educação e Serviço Social.....	25
2.1 A educação no Brasil e a Lei 13.935/2019	25
2.2 Desafios ao Serviço Social na Educação	35
Considerações Finais	44

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, cujos cursos de graduação, preparam profissionais para atuarem como assistentes sociais. Essa profissão oferece um amplo leque de áreas de atuação, sendo uma oportunidade para acessar diversos espaços sociais, sejam eles espaços públicos ou privados. Apesar da variedade de possibilidades, o objeto de trabalho do assistente social permanece o mesmo em qualquer espaço.

O compromisso profissional do assistente social reside no enfrentamento da Questão Social e de suas inúmeras expressões. A Questão Social se manifesta em uma série de barbáries, incluindo pobreza extrema, a desigualdade e a discriminação. O assistente social tem como um de seus deveres principais a viabilização dos direitos assegurados por lei para aqueles cujo acesso é negado.

Como referência, as áreas de atuação do assistente social são vastas. No setor público, as/os profissionais frequentemente trabalham em instituições governamentais, escolas, hospitais, programas de assistência, entre outros. No presente estudo, abordaremos o trabalho dentro do ensino público infantil, destacando a relevância da Lei nº 13.935/2019, que estabelece a presença de profissionais de Serviço Social e Psicologia nas escolas de educação básica, e tem como objetivo proporcionar apoio à comunidade escolar.

Entretanto, a implementação da lei tem enfrentado desafios especialmente devido a pandemia do COVID-19, que gerou dificuldades adicionais à execução e no pleno funcionamento dos espaços acadêmicos. A pandemia intensificou as desigualdades educacionais, afetando principalmente os alunos em situação de vulnerabilidade social. Neste contexto, torna-se imprescindível a atuação do assistente social na educação infantil.

A implementação da Lei nº 13.935/2019, que prevê a presença dos assistentes sociais nas escolas, representa um grande avanço. No entanto, é preciso destacar que a legislação enfrenta obstáculos, como por exemplo a inserção desses profissionais nos quadros de funcionários previsto, entre outros fatores que abordaremos neste trabalho.

Enquanto estudante trabalhadora, resalto o desafio que encontrei ao realizar um trabalho de conclusão de curso, onde por vezes estive de frente para o dilema de

continuar coma educação continua ou seder as atribuições de um emprego CLT. Encontrei também ao longo da graduação e sofri também os acarretamentos de uma pandemia, o que marcou significativamente todos os ambitos da nossa sociabilidade.

Portanto, visa-se através desse estudo colaborar na produção de conteúdo para dar luz à atuação profissional na área e, no limite, para aqueles estudantes, em busca de vislumbrar mais um espaço a ser ocupado para se alcançar uma sociedade mais igualitária e humanizada a partir da educação. Mirando abordar a problemática sobre os desafios que estão postos para a atuação da/o assistente social, esse trabalho tem como justificativa mostrar aos estudantes que pretendem ingressar na educação quais serão as demandas a serem enfrentadas e superadas. Compreender as nuances dessa atuação, fornece estratégia para buscar uma melhor performance. Sendo assim, justifica-se perante a sua relevância social e científica, pois a compreensão da temática pode auxiliar um determinado grupo social, além de preencher uma lacuna de pesquisas sobre a temática em questão.

Em resumo, o presente estudo tem como objetivo identificar os desafios vivenciados por assistentes sociais frente a implementação da lei 13.935/2019 contribuindo para uma visão mais clara e abrangente sobre essa temática complexa e pouco evidenciada, porém vital para a construção de uma sociedade livre das condições opressivas e alienantes presentes no capitalismo.

Esta monografia está estruturada em dois capítulos, em que o primeiro relata a conflitante relação do sistema capitalista com o trabalho, evidenciando como o capital transfigura o entendimento do que é o trabalho para o homem e como a educação se porta dentro desse sistema.

O segundo capítulo aborda a compreensão sobre o trabalho da/o assistente social; a dinâmica contraditória da profissão e do capitalismo; a utilização de nosso projeto ético-político na direção da emancipação humana. Nele iremos observar o papel fundamental da educação e da escola como meio de reprodução das relações sociais, observamos também a contradição existente neste espaço e como a ação transformadora é capaz de modificar este espaço.

Evidenciaremos também a luta dos profissionais assistentes sociais e psicólogos na busca por não só ocupar este espaço, como para se manter nele, diante do sucateamento que as políticas públicas sofrem e de um movimento neoliberal presente na educação.

E, ao final, encontraremos o que se trata da análise dos dados obtidos nos estudos realizados ao longo da elaboração desse estudo, para uma conclusão.

1. O CAPITAL E A EDUCAÇÃO

1.1 O capital em movimento

O trabalho ocorre através da relação do homem com a natureza. No livro “O Capital”, no capítulo 5, Karl Marx (2013) pontua como o homem se relaciona de maneira orgânica com a natureza, de modo a desfrutar da terra somente o suficiente para sobreviver.

Marx (2013) também argumenta que a relação do ser humano com a natureza é uma interação que vai além da mera transformação do trabalho. O homem é o único ser que realiza o trabalho, e que dentro de sua capacidade consegue transformar a matéria prima e transformar a si mesmo a fim de executar uma atividade. Segundo o autor, nessa relação, o homem desenvolve potencialidades latentes na natureza ao usar sua força e inteligência. Isso resulta em uma mudança não só do trabalho, mas também da própria essência humana.

O autor ilustra essa ideia com uma famosa comparação entre o trabalho das abelhas e de um arquiteto humano. Para ele, a abelha é capaz de construir colmeias que mesmo o mais habilidoso arquiteto humano invejaria. No entanto, o que diferencia o arquiteto da abelha é que o primeiro conseguiu mentalmente a sua obra, a criou idealmente, enquanto a abelha já traz consigo essa capacidade inata de construir a seu favor, algo como um instinto animal (Marx, 2013).

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado (Marx, 2013, p. 302).

Para Lukács (2018) o trabalho é um complexo constitutivo do ser social, assim como o ideal e a ideologia. Já a alienação não faz parte dessa constituição, ela é um fator isolado dessa sociedade. Segundo o autor, o que distingue o homem dos demais seres vivos não é apenas a produção de mercadorias, mas sim a consciência por trás do trabalho. É por meio dessa consciência que o homem desenvolve maneiras de viver e, conseqüentemente, de produzir novas formas de vida social. Nesse sentido, é preciso um certo grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica para que o trabalho possa nascer como base estruturante de um novo tipo de ser.

Reafirmando as palavras de Lukács (1969 p. 5):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal.

Diante desta transformação do homem e sua relação com a natureza, vemos o trabalho na base de um sistema econômico, diante da produção e reprodução de valores. Há então o trabalho abstrato e o trabalho; o trabalho abstrato se constitui da alienação do capital, ele é a redução da força de trabalho em uma simples mercadoria; enquanto a categoria trabalho é a relação do homem com a natureza, pela qual o ser social se constitui.

Para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em "coisas" (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe (Lessa, 2012. p 26).

Entre a matéria prima e a força de trabalho, existe o que chamamos de "meios de produção". O trabalho, por sua vez, é a energia empenhada pelos trabalhadores para produzir esses bens. Por sua vez, a criação do sistema capitalista é definida pela propriedade privada e pela detenção dos meios de produção, o que implica que a produção de bens é a base de um sistema econômico que gera mais-valia, ou seja, lucro para os proprietários dos "instrumentos". Logo, no sistema capitalista, os meios de produção são detidos pelo capital que os apresentam em duas formas de dinâmica: simples e ampliada. A forma simples é imediata, enquanto a forma ampliada se dá na relação entre o capital e o trabalhador (Teixeira, 2016).

Fruto desta relação, natureza, força de trabalho e meios de produção, surge a mercadoria. De acordo com Marx (2013), o seu surgimento é o ponto de partida para o capital. Ela é dividida em duas partes, onde se tem valor de uso e o valor de troca. Ambas as mercadorias podem conter o mesmo uso e obterem valores de troca diferentes, isso se deve a alguns fatores, mas principalmente ao fetichismo da mercadoria e a própria sociedade que por meio um "consenso" criado pela burguesia denomina o que é trabalho com valor e o que não é. Ou seja, pode-se discorrer que há então um valor socialmente determinado, por tanto a mercadoria se torna parte

central dos meios de relação social.

O que impera na lógica do capital é a profunda disjunção entre necessidade e produção, em que o critério para a produção de riquezas é subordinado ao seu valor de troca, que permite sua reprodução ampliada. Podemos dizer que o processo em que o capital amplia-se é contraditório, pois carrega em si a sua relação endógena com a destrutividade, uma vez que amplia também ao longo do tempo suas contradições e seu poder de autodestruição. (Bahniuk, 2008, p. 2)

Como dito, o homem com sua capacidade intangível consegue transformar um produto do seu trabalho em mercadoria, e para além disso, ele transforma inclusive sua própria força de trabalho em algo mercadológico, a mesma tem um valor pré-determinado diante da sociedade. Desse modo é possível observar em nossa sociedade capitalista que as relações são baseadas no que se é consumido e no que é produzido, as relações se baseiam em quem detém os meios e em quem produz.

O sistema capitalista por sua vez consegue mascarar o trabalho imposto pela força de trabalho, a fim de que os processos sejam algo isolado dos demais processos. O objetivo desse desmembramento do trabalho é causar essa estranheza a quem a produz, de modo que o trabalhador não se reconheça na mercadoria produzida.

Reafirmando as palavras de Marx (2013, p. 25):

Tal separação constitui condição prévia indispensável ao surgimento do modo de produção capitalista e lhe marca o caráter de organização social historicamente transitória. Isso porque somente tal separação permite que o agente do processo de trabalho, como pura força de trabalho subjetiva, desprovida de posses objetivas, se disponha ao assalariamento regular, enquanto, para os proprietários dos meios de produção e de subsistência, a exploração da força de trabalho assalariada é a condição básica da acumulação do capital mediante relações de produção já de natureza capitalista.

Como o capital é algo em constante transformação, a sociedade também se molda a fim de atender esta demanda. A natureza desse movimento vem da própria dinâmica das contradições que gera o ser social, para Marx (2013) esse dinamismo permeia toda a existência e seus confrontos, apenas o rompimento dessa dinâmica geraria a criação de uma nova sociedade.

É imprescindível que o capitalista continue acumulando suas riquezas, pois desta forma ele precisa “forçar” que o trabalhador continue sendo explorado e sem que perceba que há outra alternativa de sociedade. De acordo com Lukács (2009) o trabalho é ato de um pôr consciente e que para ser realizado ele requer um

conhecimento concreto de sua finalidade. O autor ressalta que ele – o trabalho – continua em constante aperfeiçoamento e desenvolvimento, sendo uma de suas características ontológicas. Dessa forma, à medida em que o trabalho se aperfeiçoa, novos produtos sociais de valores elevados são criados. Diferentemente do que o autor apresenta, o trabalho no capitalismo não requer um conhecimento de sua finalidade.

Em suma, o processo de reprodução da vida material no sistema capitalista apresenta-se sob duas formas: a simples, que se realiza entre o produtor e o consumidor imediato, isto é, o trabalhador e sua família. Nessa dinâmica, as relações econômicas se restringem ao seu âmbito de sobrevivência. A segunda forma é a reprodução ampliada, que se desenrola entre o capitalista (ou seja, o possuidor dos meios de produção) e o trabalhador livre que ele emprega. O capitalista, ao possuir os meios de produção, contrata o trabalhador livre para operar esses meios, e resulta na produção de mercadorias.

Do mesmo modo surgem também novas vertentes teleológicas que determinam diferentes direções. Essas posições se afinam e continuam sendo imprescindíveis para a divisão do trabalho se estabelecer. A dualidade encontrada nesse sistema de reprodução da vida material, delinea as diferentes classes sociais que se desenvolvem nessa relação econômica. Dentro desse sistema, a alienação do trabalho cria o desprendimento do trabalhador com o produto, ele não se vê conectado com o produto final do seu trabalho. Isso gera uma sensação de entranhamento, diferentemente da relação que o homem tinha com o trabalho e a natureza, no capitalismo ele não tem controle do que está sendo produzido. Marx (2013) observa que a alienação se expande também para outras áreas como religião e a cultura, ambas também consideradas formas de controlar o trabalhador e reafirmar a desigualdade de classes.

No entanto com a divisão das classes sociais esta teleologia, que supunha a ideia de que a história já é pré-determinada e tende a ter seu fim já estabelecido, se confronta com a ideologia, que por sua vez emerge como forma de conscientização dos conflitos gerados pela contradição de classes.

Ademais, as contradições geradas pela divisão do trabalho e pela desigualdade de classes despertam a consciência dos homens para luta por seus direitos. Esse processo de luta, conforme Lukács (2009), cria um ser social, que é fruto do seu meio,

ou seja, de suas relações sociais. Como já mencionado, a nossa sociedade tem suas relações em torno da mercadoria, por tanto a luta de classes e a tomada de consciência social são partes fundamentais para o desenvolvimento do ser social e para a transformação da sociedade vigente.

As expressões da Questão Social (QS) que se manifestam em nossa sociedade, e são reafirmadas pelo poder do Estado, que por sua vez desempenha um papel crucial, que é a manutenção e reprodução desse sistema, intensificando a desigualdade que produz. De acordo com Boschetti (2014), o capitalismo é sim fonte de exploração da força do trabalhador, mas é atravessado por questões cruciais de igualdade de gênero e raça, temas fundamentais para que seja possível compreender a sociedade e o ser social.

O capitalismo, ao criar e reproduzir desigualdades, promove disparidades significativas relacionadas a desigualdade de gênero, raça e classe social. Aspectos como a divisão sexual do trabalho, a segregação ocupacional, a precarização do trabalho e a desigualdade salarial são apenas alguns exemplos dessas desigualdades. As manifestações provenientes desse sistema, destacam-se e se torna imprescindível que as políticas sociais e trabalhistas sejam orientadas para a superação dessas desigualdades e para a promoção efetiva da justiça social.

A análise dessas informações destaca de forma incontestável a associação do capitalismo às diversas formas de se manifestar que resultam em miséria para a classe trabalhadora. Essas disparidades não podem ser consideradas meros epifenômenos, exigem um olhar consciente voltado para a esfera social buscando.

1.2 A educação na ordem do capital

A tradição Marxista nos mostra que a sociedade não tem uma finalidade, ela apenas existe em si, já os homens que existem dentro dessa sociedade são guiados por suas intenções e objetivos, diferentemente da sociedade que não age de maneira teleológica, os membros desta sociedade são naturalmente intencionais.

Como mencionado por José Paulo Netto (1999, p. 2):

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar,

com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la.

Para que possamos compreender de forma mais profunda as relações sociais e as classes que as permeiam, é essencial a análise das características que irão moldar os objetivos dos membros dessa sociedade em questão.

Os homens e mulheres dessa sociedade criam projetos, seja individual ou coletivo, o que nos compete neste estudo é o que chamamos de projeto societário, que em suma, reflete a imagem de um projeto de sociedade a ser construída. Podemos vê-lo também como um projeto de classe que põe em pauta todas as particularidades de um coletivo e diferentemente dos outros projetos, a inclusão se pauta nas dinâmicas (Netto, 1999)

É histórico o fato dos projetos societários possuírem uma dimensão política, Netto (1999) compreende este fato e ainda dispõe sobre historicamente na ordem do capital os projetos ligados a classe trabalhadora serem menos favoráveis nas disputas contra projetos da classe dominante.

Reafirmando pelas palavras do autor supracitado (Netto, 1999):

Enfim, compreende-se, sem grandes dificuldades, que a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política. Num contexto ditatorial, a vontade política da classe social que exerce o poder político vale-se, para a implementação do seu projeto societário, de mecanismos e dispositivos especialmente coercitivos e repressivos. É somente quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas fundamentais (de expressão e manifestação do pensamento, de associação, de votar e ser votado etc.) que distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão dos membros da sociedade.

Dentro destes projetos que estavam posto historicamente em favor do capital, vemos que a concepção de educação sempre foi tida como uma área privilegiada para uma formação social pela classe burguesa. Tida como um privilégio, a educação chega de forma diferentes a cada uma das classes sociais e torna-se evidente quando observado um embate de classes em que os costumes, crenças e raça interferem na formação enquanto ser social.

Neste momento é preciso compreender qual o papel que a educação realiza na ordem vigente do capitalismo e como ela interfere na transformação da sociedade. Para isso, é preciso neste primeiro momento realizar a separação do que é a escola e o que é a educação. Observando os fundamentos da educação, baseado na

formação acadêmica da área da pedagogia, vemos que essa concepção é baseada no presente, passado e no futuro, ela está interligada ao que fomos como civilização, com o que estamos vivendo e observa para onde estamos caminhando, ou seja, a educação nos apresenta os caminhos que seguimos e direciona a formação de uma sociedade para um determinado futuro.

Conforme aponta Caroline Bahniuk (2008), a educação desempenha um papel fundamental no processo de formação humana, estando presente nas diferentes formas sociais, ela tem consigo o papel de mediação fundamental no processo de tornar-se humano. E está presente nas mais diversas formas, ela se produz e reproduz nas relações sociais que a engendram.

Já adentrando na educação dentro das relações capitalistas, ela tem como base realizar a manutenção da alienação e da reprodução do capital ampliado. Dito isso, a educação formal não está solta em nosso meio social, ela está inserida de maneira estratégica e se expressa dentro de cada uma das classes de maneiras distintas, pois a educação no sistema capitalista não é algo “neutro”, ela está submissa ao sistema ao qual faz parte.

Embora não tenha explorado amplamente o tema da educação, Marx (2013) levanta questões relevantes em relação à categoria de trabalho e sua conexão com a formação educacional. Para o autor, o trabalho não se limita apenas a uma atividade produtiva; é também um processo constitutivo do ser humano. Em um de seus textos, Marx argumenta que o trabalho pode ser também encarado como um processo educativo, e que através da educação seria capaz de proporcionar discernimento e consciência de classe.

No entanto, o atual sistema capitalista em que estamos inseridos revela-se comprometido com a conservação das desigualdades e da alienação do trabalho. As reformas que vemos em prol da educação, são apenas manobras para corrigir eventuais problemas que venha a surgir na estrutura da ordem vigente, sem jamais cogitar interferir nas determinações da ordem estabelecida.

O filósofo húngaro e marxista, Mészáros (2005), faz uma brilhante contribuição para o tema. Para ele, a educação é uma ferramenta central da perpetuação e reprodução dos controles sociais do capitalismo. O autor faz duras críticas ao sistema educacional, afirmando que o foco é a formação de força de trabalho para ser inserida no mercado de trabalho, de modo que a educação como conhecemos reforça a

alienação dos trabalhadores e perpetua a ideia de que o trabalho é apenas uma mercadoria, e que a força de trabalho é algo comprável.

Na perspectiva da classe dominante, a educação se mostra de forma prazerosa, é tida como parte de um status em uma pirâmide de privilégios. Ela se amplia para além das escolas, nela os dons culturais tem alto valor, línguas, instrumentos musicais, viagens e intercâmbios. Inúmeras são as maneiras de se educar quando se faz parte da elite da sociedade.

O processo ao qual conhecemos, chamado de alienação (ou estranhamento), que consiste em criar um sentimento de estranhamento na relação do homem com o trabalho e é parte fundamental desta manutenção do capitalismo. Partimos de um ponto onde a classe trabalhadora não se reconhece ao longo do processo institucionalizado, pouco de fato, se foi aprendido. A classe trabalhadora internalizou que não há alternativa à submissão que lhe é imposta. É neste processo de capitalização do trabalho, que o homem passa a não se reconhecer no produto final daquilo que ele mesmo produz, é retirado um certo conhecimento de execução e conhecimento operacionais, que antes eram parte da execução. Isto é fruto da divisão do trabalho, todo esse processo é feito de maneira com que pareça algo natural.

Mészáros (2005, p. 45) afirma que: “Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.

Observamos a desigualdade desse sistema em que estamos vivenciando e a visualizando de maneira “natural” de como ela é vista e aceita. Como ilustrado pelo autor, István Mészáros (2005) as soluções educacionais devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. O capitalismo é construído em sua essência para sobreviver através da desigualdade que ele mesmo gera, ele se solidifica nesse modo de produção exploratório. Cogitar uma transformação na educação, significa superar a lógica do capital.

Limitar uma mudança educacional radical as margens corretivas interesseiras do capital significam abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar as margens de *reforma sistema* na própria estrutura do sistema capitalista é uma contradição em termos (Mészáros, 2005, p 27.)

Como já dito, a educação está posta para o capital, o cenário que vem

crescendo diante do desmonte dos fundos públicos e de uma grande expansão das instituições privadas que foca no desmantelamento dos direitos trabalhistas e das políticas públicas. Esse grupo, vem buscando definir o que seria a política educacional e quais suas formas de avaliação, voltado para os interesses mercadológicos.

Essa forma de educação vem na contramão dos pensamentos críticos e analíticos que são necessários para a criação de uma consciência de classe. Estas grandes corporações com alto poder aquisitivo e influência impõem seus interesses sobre a agenda do Estado.

Embora a educação não consiga realizar este rompimento de maneira exclusiva, ela é parte essencial no caminho emancipatório, a tomada de consciência deve partir da própria classe trabalhadora, por isto há a necessidade de que os trabalhadores se tornem agentes políticos, para que haja um romper radical desta estrutura hegemônica social desumana. Mészáros (1930) faz uma brilhante contribuição ao afirmar a importância que o romper com a lógica do capital na área de educação traria. Segundo o autor, seria o mesmo que romper com as formas onipresentes e enraizadas pela qual o capital realiza sua dominação. Porém, neste caso seria necessário compreender que o entendimento hoje da sociedade se baseia no que chamamos de educação científica e a educação popular. Embora já esteja enraizado em nossas mentes, que o saber é só aquilo que parte da área acadêmica, é fato que os nossos meios sociais também são construídos com aquilo que nós moldamos, os saberes populares, familiares, saberes culturais, que também são uma forma de educação. Sendo assim, é preciso enxergar as soluções educacionais para além das margens do capitalismo, visto que, acredita-se que o conhecimento tem a propriedade de transformação, ele é um dos meios para definir e sustentar relações sociais.

A educação brasileira é profundamente afetada pelo neoliberalismo e do conservadorismo presente na sociedade, resultando na presença da discriminação e exclusão de pautas, com questões vitais para a compreensão da sociedade e do indivíduo, como orientação sexual, gênero, o racismo e educação sexual, até mesmo matérias fundamentais como história e filosofia, são frequentemente desconsideradas da grade curricular, de maneira que esse ensino gere uma falta de pertencimento e identificação. Um grande desafio posto a educação emancipatória pela qual lutamos, é o plano de ação das escolas sem partido, que se tornou um

grande desafio e motivo de conflito na comunidade escolar. Como já mencionado por Paulo Freire (1984, p. 84) seria uma ingenuidade esperar que a classe pela qual somos dominados, incentivasse a educação para a classe dominada de maneira que a fizesse tomar consciência das injustiças sociais ao qual estão submetidos.

Compreende-se, portanto, que a busca por uma educação crítica, de qualidade e igualitária, seja um dos meios para a união da classe trabalhadora, visto que a classe dominante não tenha em sua “pauta” a superação de si mesma, de modo que é preciso buscar meios para que isso ocorra pois assim conseguiremos avançaremos em busca da superação de classes.

2 EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

2.1 A educação no Brasil e a Lei 13.935/2019

A concepção ideal da educação, é aquela que permeia todos os espaços e recortes do nosso convívio, de modo que a escola passa a ser um espaço de extrema relevância para a sociedade, a qual transcende a mera formalidade das salas de aula, pois possui um papel de desenvolvimento intelectual e integral do ser humano. A educação é tomada muitas vezes como um conjunto de costumes e tradições transmitidos através das gerações, que moldam as percepções e valores da sociedade. No entanto, o modelo educacional ao qual conhecemos está diretamente ligado aos fundamentos e mecanismos de sociedade ao qual estamos inseridos. Ao traçarmos a trajetória da educação formal no Brasil, nos deparamos com uma história marcada por ruptura de crenças, violência, desigualdade e injustiças.

No contexto do Brasil colonial, os alicerces da educação foram estabelecidos por meio de um sistema de alfabetização que tinha por objetivo a expropriação da cultura, dos costumes e da língua nativa dos povos indígenas. A intenção subjacente era clara: os colonizadores buscavam a dominação facilitada das terras. O que se seguiu foi uma imposição de costumes e saberes educacionais europeus, que tinha em sua base a religião e a fé (Costa; Berghauser, 2015).

No entanto, essa transformação suprimiu de forma abrupta inúmeras singularidades, particularidades, narrativas e histórias de uma cultura que fazia parte da identidade dos nativos brasileiros, e que foram historicamente apagadas da memória social/cultural brasileira. Essa trajetória também lançou sombras para os pretos e pobres, pois por décadas a educação foi negada a esses grupos, sendo considerada uma forma de ameaça ao sistema escravista vigente, onde somente a elite da sociedade tinha acesso à leitura e escrita.

Ao marco da história considerado fim da escravidão, inúmeros escravos pretos e imigrantes ficaram à mercê da miséria, sem qualquer projeto de reinseri-los na sociedade por parte do Império, as sequelas desse período reverberam danos a toda uma população até os dias atuais, deixando feridas abertas e um déficit educacional que ainda não se foi adequadamente reparado.

Ao avançarmos no tempo, a educação para o governo de Juscelino Kubistchek

(1956-1961) trouxe uma perspectiva diferente para a educação brasileira. Sob seu comando, a educação era vista de maneira tal qual uma das formas de colocar o Brasil na Era do Desenvolvimentismo. O objetivo deste governo era superar a condição de país subdesenvolvido, e para isto, seria necessário acabar com a alarmante taxa de analfabetismo, por tanto, foi necessário se pensar em medidas cujo foco seria para a educação de jovens e adultos, dito isso já é de se compreender que estamos nos referindo a jovens e adultos da classe trabalhadora que não fazem parte do seletivo grupo que teria acesso aos meios educacionais.

De acordo com Santos (2019) os primeiros apontamentos históricos da presença do Serviço Social na escola, ocorreu no Rio Grande do Sul, através do decreto nº 1394 de 25 de março de 1946, o papel do assistente social nesse cenário era predominantemente funcional, ocupava os espaços educacionais na funcionalidade de promover a integração dos escolares em seus respectivos grupos sociais, fornecendo um sentido às suas funções e executando as atividades de maneira higienista, possibilitando o “desenvolvimento” dos escolares. Menciona-se ainda que é preciso ver que nessa lógica a perspectiva da profissão era outra, a integração, o ajuste do indivíduo na lógica mercantilista fazia parte do pensamento conservador da época.

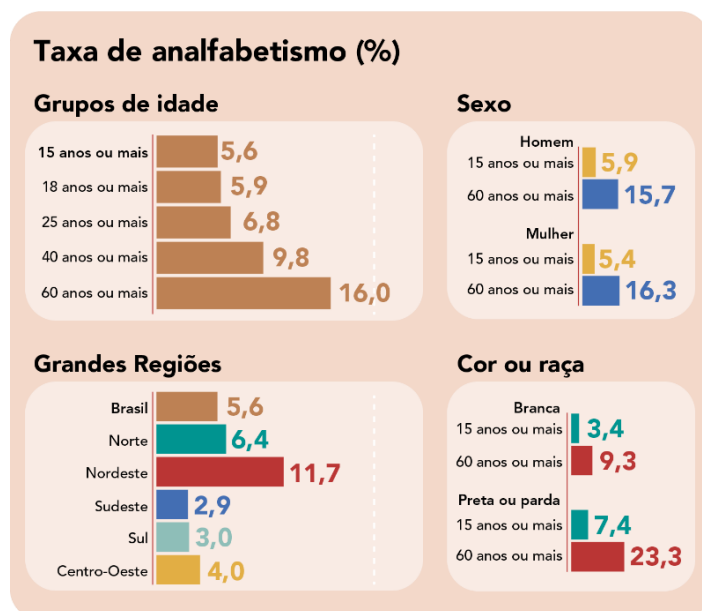
Embora a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) conceba a educação como um direito inalienável, independentemente de raça, gênero, cor ou condição social, a realidade atual ainda destoa dessa idealização. Uma das teses que surge nesse momento é que pela educação a pobreza se erradicará, porém no sistema capitalista a educação foi frequentemente compreendida como um meio para se ter ao invés de um meio para o ser.

De acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), revela-se que cerca de 7,4% da população analfabeta entre 15 anos é composta por indivíduos pretos ou pardos. E quando observamos a faixa etária de 60 anos, esse número aumenta para 23,3. Ainda segundo os dados da pesquisa divulgado pelo IBGE no ano de 2022 uma coleta de dados entre a população de 18 a 24 anos, mostrou que 36,7% das pessoas brancas estavam estudando, enquanto entre pretas e pardas essa taxa era de 26,2%. (IBGE, 2022)

Entre os brancos, nesse grupo etário que frequentavam escola, 29,2% cursavam graduação, ante 15,3% das pessoas de cor preta ou parda. Além disso,

70,9% dos pretos e pardos nessa idade não estudavam nem tinham concluído o nível superior, enquanto entre os brancos este percentual foi de 57,3%. (IBGE, 2022)

Figura 1 – Taxa de analfabetismo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Fonte: IBGE (2022).

A questão acerca da conclusão do ensino médio para jovens negros e pobres, é de fato, um desafio. As expectativas de um jovem negro terminar o ensino médio, evidenciam essa realidade. Os indicadores do IBGE (2022), evidenciam que cerca de 71,7% desses jovens não conseguem chegar a sua conclusão. Essa problemática está intrinsecamente ligada à necessidade de contribuir na renda familiar.

É crucial reconhecer que o período do colonialismo e da escravidão, trazem consigo consequências alarmantes que reverberam na sociedade contemporânea e que contam com um sistema que perpetua historicamente este legado e tem sua subsistência das expressões sociais originadas nesse contexto. A marginalização e o afastamento do convívio social dos povos indígenas, pretos e pobres são fragmentos desse passado. Esse afastamento continua a moldar as oportunidades de sociabilidade e faz parte do mecanismo adotado pelo sistema capitalista.

Como citado anteriormente, o sistema tem a educação intrinsecamente entrelaçada com um modus que é tanto dependente quanto influenciado pelo Estado. Nesse contexto, compreendemos que o sistema ao qual estamos inseridos tem em

sua forma estrutural um caminho para sua autopreservação, um exemplo são as crises monetárias, que é por sua vez é um fenômeno dinâmico do capital, advindo de conjunto de fatores e circunstâncias que têm relacionado às tendências e contratendências, mas que de fato, não são apenas determinadas historicamente mas têm uma importância estrutural para a manutenção de sua própria funcionalidade.

Em meio às crises do capital, é corriqueiro observar que as políticas sociais, e setoriais essenciais, tais como educação e saúde, sofram primeiramente os seus impactos. Em momentos de instabilidade no sistema, estes órgãos são acometidos em cortes orçamentários significativos para a sua manutenção e desmantelamento de direitos que outrora foram garantidos pela Constituição Federal.

As instituições públicas e as políticas públicas que as protegem vão de encontro a um viés ideológico que não compactua com suas respectivas funcionalidades. Tais políticas, criadas idealmente para a sobrevivência da classe trabalhadora, não são, de modo algum uma prioridade para quem detém os meios de produção. Essa dinâmica evidencia a interconexão entre as crises do capital e os impactos direto nas estruturas educacionais.

Segundo Roberto Leher (2016) após o golpe sofrido no ano de 2016 pela presidente da república, foi discutida a desconstrução de todas as políticas sociais antes garantidas pela Constituição Federal de 1988, e operacionalizados os detalhes da chamada reforma administrativa, que ocorria em favor dos interesses privados. Os orçamentos para educação, ciência e saúde foram congelados, com a chamada “política do teto de gastos”, o que causou prejuízos às escolas, universidades e faculdades públicas de todo Brasil.

Hoje, de acordo com o censo do IBGE de 2019 e atualizado em 2022, existem 2.608 instituições de formação superior, sendo 2.306 privadas. Com esta expansão do ensino privado e a modalidade EAD (Ensino à Distância), houve uma queda de aproximadamente 19% no número de inscrições em instituições públicas.

Ainda de acordo estudo realizado por Leher:

De fato, os exemplos de como o Estado contribui para a existência de um vasto “mercado educacional” são numerosos. O imenso espaço para negócios educacionais não é um fenômeno demográfico, mas político, pois decorre do reduzido alcance numérico das matrículas das instituições públicas de ensino superior, inferior a 25%. (Leher. 2021, p 15)

Com isto, a mercantilização da educação cresce de forma astronômica, e o

Estado alavanca seus investimentos em modalidades EAD promovendo modalidades de graduação e pós graduação. O setor privado ganha espaço no senado e vende a ideia de uma educação EAD acessível. Como já mencionado, nunca ocorreu uma reparação histórica para os pretos, pobres e indígenas, de modo que a grande maioria dos jovens pertencentes a essa classe social ao longo de sua vida acadêmica, precisou abandonar a ideia de uma educação continuada para se inserir no mercado de trabalho. Com isso podemos observar que o grande alvo das escolas EADs são a classe trabalhadora, que busca por um futuro “melhor” na formação superior e acaba tendo o a modalidade de EAD como escapatória.

Como já mencionado Lessa (2013 p.112)

A expansão deste quadro gera um modelo de formação precarizada, simplificada, produtivista, que desqualifica o público e valoriza o capital privado, trazendo para a instituição escolar novos desafios, especialmente no ensino fundamental - nosso foco de análise -. Falamos da absorção e permanência precarizada de uma população extremamente pauperizada, privada de bens e de acesso a serviços públicos de qualidade, que reside, trabalha, se alimenta, tem acesso à cultura e ao lazer de forma precária, que passa a experimentar o espaço escolar mais cotidianamente.

Compreende-se é claro, as questões que levam a classe trabalhadora a optar pelo ensino remoto, ao salientar esta modalidade a crítica vai de encontro aos detentores destes polos, que por sua vez, visam somente hegemonizar o pensamento e os moldes de toda uma classe social, tendo os interesses privados em seus métodos, e que embora haja divergência entre as bancadas capitalistas que regem o senado, o propósito segue sendo a busca por internalizar em seus ensinamentos, o pensamento conservador e neoliberal.

Por consequência, a educação dentro desse sistema nada mais é do que uma ferramenta de manipulação de massa. Gramsci (2000) considerava que assim como a hegemonia da classe dominante se utilizava da educação como ferramenta para a manutenção da subordinação de classes, a classe subalterna poderia por sua vez, utilizar desse mecanismo em seu favor. Desse modo, por consequência haveria mudanças na ordem social e nos papéis sociais.

Veja que a ideia de meritocracia na estrutura ideológica do capital ainda é um princípio profundamente enraizado no pensamento da classe trabalhadora, o modelo meritocrata caracteriza-se pelos benefícios que a posição ocupacional social proporciona. Esse viés imprime a ideia de que o “sucesso” financeiro é conquistado individualmente (Wayne;Cabral, 2021), incentivando, portanto, a crença de que é

possível conseguir através de esforço próprio e talento uma posição socialmente aceita pela burguesia, e se desconsiderando inúmeros fatores sociais, como acesso à educação de qualidade, desigualdade social, discriminação, demografia, entre outros fatores sociais que estão diretamente ligados a oportunidades igualitárias.

Com isto, a falta de investimento adequado na educação pública e a carência de políticas efetivas de inclusão social, contribuem para a perpetuação das desigualdades e da disseminação da crença na meritocracia. O acesso a uma educação de qualidade e crítica, facilita a implementação dos pensamentos hegemônicos burgueses com o objetivo de incapacitar a classe trabalhadora para que seja mais fácil a manipulação e a conformação com sua dominação.

Com a expansão do poder privado dentro do senado, agora vende-se uma reforma na grade curricular estudantil. A integração dos cursos técnicos ao ensino médio nas escolas traz consigo a proposta de proporcionar oportunidades educacionais mais abrangentes. Essa dinâmica tende a inserir jovens negros, pardos e pobres em um mercado de trabalho precário, ao mesmo tempo em que restringe o acesso à educação de nível superior.

Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (Freire, 1984 p 17.)

Esse viés mascara a intenção da inserção breve ao mercado de trabalho e o desgosto de acompanhar jovens pobres em espaços elitizados e culturais. É importante destacar que esse projeto mantém uma estrutura que reforça a problemática de igualdade, negligenciando as desigualdades resultantes da distribuição dessemelhante de riqueza, estratégia esta, a fim de manter a submissão da classe trabalhadora.

Embora seja de conhecimento alguns fatos citados acima, essa realidade da população decorre da necessidade que os jovens de origem socioeconômica pobre têm de buscar meios rápidos de garantir sua subsistência. Essa tomada de decisão é motivada pela falta de alternativas viáveis de suporte por parte do Estado, cujas políticas não são efetivas na garantia de um ensino continuado. É fundamental reconhecer que a estrutura socioeconômica vigente impõe obstáculos à mobilidade social e à igualdade de oportunidades educacionais.

Paulo Freire (1987), um proeminente educador conhecido como o “pai da pedagogia”, oferece uma perspectiva essencial para esta discussão. Ele argumenta que a superação genuína de uma educação mutiladora e “bancária” só pode ser verdadeiramente transformadora se alcançar um caráter emancipatório, a partir de uma consciência crítica da vida concreta; do contrário corre-se o risco de simplesmente se perpetuar o ciclo de opressão. Freire descreve o opressor como alguém que vive sob uma “prescrição”, ou seja, vive alinhado a um conjunto de crenças e regras impostas. Isso por sua vez, se alinha ao conceito que conhecemos como alienação.

Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo. Poder-se-ia dizer – e com razão – que isto se deve ao fato de que a situação concreta, vigente, de opressão, não foi transformada. E que, nesta hipótese, o capataz, para assegurar seu posto, tem de encarnar, com mais dureza ainda, a dureza do patrão. Tal afirmação não nega a nossa – a de que, nestas circunstâncias, os oprimidos têm no opressor o seu testemunho de “homem”. (Freire, 1987, p. 17)

Torna-se evidente que a educação necessita de um caráter transformador. A educação transformadora é por sua vez, aquela que não apenas transmite informações, mas que é capaz de aguçar os pensamentos críticos e inspira a vontade de promover mudanças e superações, capaz de possibilitar a compreensão da dinâmica social a sua volta e de conscientizar sobre as particularidades existentes, por isso a importância de profissionais que busquem a transformação em todos os espaços sociais.

O Serviço Social adquire essa característica através do movimento de Reconceituação¹ que é um marco de um momento de grandes questionamentos e posicionamento para o Serviço Social, esse movimento ganhou força com o impulsionar das desigualdades sociais, onde a profissão buscou se questionar qual era sua funcionalidade dentro da sociedade, e assim compreendendo, o romper com o conservadorismo da profissão se tornou eminente na atuação dos assistentes sociais. De modo que os profissionais da área passaram a se colocar do lado da classe dominada e em favor de compreender seus interesses. Portanto, a busca pelo conhecimento teórico-metodológico se torna parte central do Serviço Social na busca pela viabilização dos direitos e na luta por uma sociedade emancipatória (Batistoni,

2017).

Assim sendo, as dimensões teórico metodológico, ético-político e técnico operativo fazem parte da dimensão educativa ao qual se buscou, essa abordagem permite ao assistente social desempenhar um papel crucial na efetivação da democratização do ensino, realizando intervenções de caráter individuais e também com aparatos no coletivo. Compreendendo as particularidades e fenômenos sociais que se passam na sociedade capitalista. O profissional então torna-se um agente transformador na construção de uma sociedade, compreendendo-se como parte não somente da realidade social, mas como parte agente ativo da transformação.

Nesse contexto, é imprescindível que para a transformação, o profissional esteja alinhado com o nosso projeto ético-político e ao código de ética, que são as ferramentas que irão nos guiar, pois como já mencionado, a atuação se dá em um espaço de contradição e neste campo de atuação educacional, se deve atentar aos princípios fundamentais e sua aplicação na prática, bem como o desenvolvimento das atribuições e competências. Elementos que são fundamentais para a construção desse espaço de atuação.

Reafirmando pelas palavras do Conselho Federal de Serviço Social:

É pertinente reafirmar o compromisso com uma nova sociabilidade. Dessa forma, entender as contradições do modo de produção capitalista que engendram as expressões da questão social, desvelar os aspectos que sustentam a concepção de educação, compreender os meandros das formulações legais e conhecer os percursos da sua elaboração e, ainda, identificar os processos e sujeitos envolvidos na sua execução, são fundamentais para seguir na construção de um caminho que possa realmente acolher os princípios da solidariedade, da coletividade e da democracia. (CFESS, 2023.p.40)

Ao nos comprometermos ao projeto ético político, a abordagem adotada pelo assistente social fundamenta-se na transformação, posicionando-se em prol da classe trabalhadora, e embora a educação seja ainda algo novo para a atuação dos assistentes sociais, historicamente a profissão luta para a proteção de direitos da educação e de educadores. Esse aprofundamento cresce historicamente no seio da profissão, existe por trás destas lutas inúmeras reflexões, aprofundamentos e críticas. Lutando pela garantia de uma educação de qualidade, laica, financiada pelo estado e acessível.

Segundo Lessa (2013) a educação é uma relação social e precisa ser

compreendida como um fragmento das tensões causadas pelo embate de classes e da Questão Social e suas expressões que emergem desse conflito. Portanto a educação é um processo que sofre uma influência do capital. Por isso é preciso que tenha nessa relação a mediação das diferentes realidades, buscando proporcionar um ambiente seguro e saudável, visto que as relações presenciadas por adolescentes e crianças pobres já lhes mostram outra realidade. A educação então influencia e é influenciada pela reprodução e produção das relações, desse modo o ato de educar se torna um ato político. Para os assistentes sociais é importante ressaltar a importância de se ter o projeto societário à frente de nossas ações e mediações.

Foram cerca de 22 anos de luta, por parte dos conselhos e entidades de ambas as profissões, pesquisadores e atuantes da área, que estiveram resistindo, articulando, se mobilizando frente ao Congresso Nacional para que a Lei nº 13.935/2019 fosse aprovada. Quando aprovada, o país ainda se encontrava sob um regime da política de morte e armamento, o que dificultou ainda mais sua aprovação.

Foram longos os anos de luta, mas mesmo após sua aprovação a luta não cessou. Como mencionado pelo CFESS (2023) desde sua aprovação em 2019 tem sido preciso continuar em busca da defesa dos interesses dos assistentes sociais e psicólogos, e do público-alvo beneficiado pelo trabalho desses profissionais, já que em 2021 a Lei nº 14.113 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), alterou a inserção dos referidos no cadastro de profissionais pertencentes a grade educacional, de modo que os repasses orçamentários não seriam realizados para os profissionais da assistência social e psicologia.

Atualmente permanecem na grade os assistentes sociais e psicólogos no FUNDEB, mas lutando em busca de alterar o retrocesso que ocorreu. Os profissionais necessitam de estar em constante vigia para que não venha a acontecer novos sucateamentos na lei.

De fato, essa não é nem de longe uma área fácil de se atuar, o espaço escolar possui suas limitações e demandas, mas há grandes possibilidades e portas que se abrem. Este espaço exige do profissional cada vez mais estratégias e dinamismo. A Lei nº 13.395/2019 promulga que em todo país a educação básica deve contar com a presença de psicólogos e assistentes sociais como parte das equipes multiprofissionais.

LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. (Brasil, 1988).

Em qualquer que seja o espaço de atuação do assistente social, o seu papel é de reorientar ações que vêm da dominação de classes. A atuação deve assumir seu lugar político de natureza a transcender as tarefas operacionais, é preciso envolver, numa perspectiva crítica, o seio familiar nestes espaços educacionais para que possam se sentir e ser parte da comunidade e entender a nossa presença como aliados. A integração e desenvolvimento de seres políticos conscientes é fundamental na luta de uma educação para o ser.

A lei também prevê a criação de núcleos de atuação, que tem como objetivo garantir que os profissionais consigam ter um espaço para que possam melhor elaborar suas estratégias e estudos de caso, funcionando em tese como um suporte para esses trabalhadores. O núcleo é de extrema importância para o desenvolvimento das ações a serem executadas, visto que é nesses espaços que se realizam as discussões de casos e os planejamentos de ações.

Com a aprovação da lei, evidencia-se a necessidade de uma revisão profunda da política de educação. Este conjunto de diretrizes, assim como todas que permeiam a profissão, estão imersos em um campo de contradições. Apesar de ter se constituído como uma estratégia de intervenção estatal, ela é, ao mesmo tempo, uma conquista da classe trabalhadora.

Como já mencionado pela autora Sarita Amaro (2017) a educação já não é mais uma questão somente curricular. A escola, enquanto um espaço de relações sociais exerce um papel importante na reprodução, uma vez que se tornou um espaço repleto de diversidade, um ambiente de constantes demandas que requer um dinamismo pois é um lugar de inclusão e exclusão. Professores frequentemente se deparam com diferentes problemáticas que impactam os estudantes, suas famílias e a comunidade escolar, abrangendo desde questões como bullying e a evasão escolar, até problemas mais complexos como violência física, psicológica e sexual, demanda essas que muitas vezes fogem da formação acadêmica desses profissionais. Nesse contexto, a presença de uma equipe multidisciplinar nas escolas torna-se crucial.

As instituições de ensino desempenham um papel social significativo na vida do homem, lidando com a complexidade da contradição de classes. Elas participam, conscientemente ou inconscientemente, na formação do ser social, como também fazem parte das questões enfrentadas no âmbito familiar. Estas demandas que emergem no contexto escolar têm capacidade de interferir na vida social destes jovens, infringindo os direitos das crianças e adolescentes ao seu direito à segurança e bem estar. Mais ainda, estas questões interferem diretamente no enfrentamento de desafios no coletivo social dessa comunidade.

A atuação colaborativa entre pedagogos, psicólogos e assistentes sociais tem como objetivo forjar um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Essa abordagem multidisciplinar é concebida para desenvolver estratégias que promovam não apenas integração, mas também estimule as aptidões criativas e o pensamento crítico dos estudantes.

2.2 Desafios ao Serviço Social na Educação

A educação que por sua vez é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, de acordo com art. 277 evidencia que é resguardado por lei o acesso e a permanência de todo cidadão em idade compatível, às escolas. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sancionado em 1990, reafirma a responsabilidade ao que a família, sociedade e Estado tem em garantir o pleno desenvolvimento desses jovens.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, 13 Estatuto da Criança e do Adolescente ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 2023, p 12.)

Desse modo, a inclusão dos profissionais da psicologia e assistentes sociais no contexto da educação escolar no ensino básico, reflete um impacto substancial na busca por uma melhor construção de diálogos entre a comunidade escolar. Além disso, fortalece os vínculos com as famílias e as situações concretas de vida da classe trabalhadora, contribuindo para uma abordagem intersetorial. Essa participação ativa é fundamental para a promoção de uma aprendizagem inclusiva e para a concretização e efetivação de direitos.

Entretanto, embora tenha ocorrido a implantação da Lei 13.935/2019, os

desafios que surgem a partir dela são quase tão complexos quanto a história por trás da lei. De acordo com a cartilha lançada pelo CFESS “Psicólogo e Serviço Social na educação básica”, em colaboração com os conselhos de ambas as profissões, enfatiza-se esta conquista não apenas representando um marco, mas buscando ser um catalisador nos processos de aperfeiçoamento de métodos educacionais.

O trabalho multidisciplinar na educação básica é um compromisso com a promoção do bem estar social e emocional dos estudantes. Tornar a escola um espaço acolhedor e inclusivo faz parte do direito à educação de qualidade ao qual buscamos e defendemos, pois embora o acesso à educação seja um direito garantido por lei, sabemos que um dos desafios é a permanência ou até mesmo a inserção dos jovens no ensino básico.

Reafirmado pelas palavras do CFESS (2014, p.38)

O trabalho da(o) assistente social na educação não se restringe ao segmento estudantil e nem as abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras do estabelecimento público e privados, aos/as profissionais e as redes e compõem as demais políticas sociais, as instâncias de controle social e movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional.

A profissão neste âmbito pode assumir uma dimensão socioeducativa, que é inerente a sua criação e ao longo de sua trajetória já assumiu diversas direções, hoje esta dimensão possui um caráter crítico, neste sentido, as ações direcionadas terão em suas particularidades um viés educativo, exercendo também um caráter pedagógico. Em reflexões importantes, foi possível compreender de fato, quais seriam as dificuldades que o assistente social enfrenta no cenário de atuação educacional. Essa exploração proporcionou uma compreensão mais profunda da dinâmica e demandas inerentes a esse campo. Diante da aparente dicotomia de interesses entre escola (Estado) e o projeto societário ao qual o assistente social defende, evidencia-se a importância desse profissional no ambiente escolar.

Um dos grandes desafios que há ao redor da profissão e se perpetua nos mais diversos campos de educação é a diferenciação de assistentes sociais para assistência social como política social específica, sendo que a atuação profissional se dá, obviamente, não apenas em uma política específica, mas numa pluralidade de

políticas sociais. Como elucidado pelo CFESS (2023) quando o poder Legislativo e Executivo reforça esse pensamento, ele está não apenas distorcendo a profissão, como também está usando este fato como uma estratégia para reduzir o papel do Estado no atendimento às expressões da questão social.

Por si só, a profissão requer uma postura proativa na defesa intransigente dos direitos, e em um espaço escolar não seria diferente. A atuação dos assistentes sociais exige um comprometimento com a comunidade escolar, com os alunos, e educadores, visando resguardá-los contra possíveis violações. O projeto ético político do serviço social norteia os profissionais em direção a uma educação genuinamente “livre”, rumo a um pensamento crítico, de maneira a estimular e elucidar uma análise crítica da sociedade a sua volta, que possibilite o pleno desenvolvimento humano. Nesse contexto torna-se crucial a compreensão do que é a educação e qual a sua função. Destacando que a educação tem sim uma perspectiva social que permite que a formação não se limite somente a espaços físico, mas que os sujeitos se constituam enquanto seres sociais. Logo, são imprescindíveis à defesa e o posicionamento em prol de viabilizar direitos, assim o assistente social, ao inserir-se nesse campo, precisa se posicionar como um agente de intervenção e defensor dos princípios éticos que norteiam sua prática.

É pertinente reafirmar o compromisso com uma nova sociabilidade. Dessa forma, entender as contradições do modo de produção capitalista que engendram as expressões da questão social, desvelar os aspectos que sustentam a concepção de educação, compreender os meandros das formulações legais e conhecer os percursos da sua elaboração e, ainda, identificar os processos e sujeitos envolvidos na sua execução, são fundamentais para seguir na construção de um caminho que possa realmente acolher os princípios da solidariedade, da coletividade e da democracia. (Moljo; Parreira; Ramos, 2019, p.8)

Nesta ótica, a perspectiva da educação assume um papel central. Visando não apenas o conhecimento transmitido em salas de aula, mas também da criação de um ambiente que possibilite a transformação plena da dimensão social. Porém, diante da realidade de uma escola, muitas vezes se encontra uma imersão de profissionais com vertentes diferentes, que se contrapõem à transformação. Profissionais que descredibilizam a inclusão, a diversidade, que se conformam com a realidade da sociedade capitalista, o que faz parte do processo de alienação.

Não somente o corpo docente, como até nós mesmos estamos inseridos nessa roda, o que não nos exclui da alienação, então dessa forma o trabalho multidisciplinar

já será um grande desafio.

A família, se observada, é o primeiro vínculo social da vida de uma pessoa e, é através das experiências vivenciadas no meio do seio familiar que a sociabilidade irá se desenvolver. A dinâmica familiar, e aqui, tem-se em consideração que trata-se de famílias que ocupam certo lugar na estrutura produtiva capitalista, é uma questão central para a identificação de determinações que interfiram no desempenho escolar. Por isso, esse contato com a família não deve se limitar a situações problemáticas, pelo contrário, a construção de um vínculo sólido e politizado entre escola e família é de suma importância para o bem estar social e para avançar na direção de processos de autonomia e emancipação. Obviamente, um elo de confiança é algo difícil de se construir, mas é preciso empenho e capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O primeiro contato entre o assistente social e a comunidade escolar, desempenha um papel importante para um ambiente de compreensão, apoio e articulação nas três dimensões acima mencionadas. O acolhimento é o ponto de partida ao se iniciar essa inserção, é através dele que será possibilitado a compreensão do ambiente onde os estudantes estão inseridos. É o momento de dar voz aos alunos e os reconhecer enquanto cidadão e indivíduo passivo de necessidades concretas, em situações de vida concretas. Este é o momento inicial onde se busca criar confiança e articulação.

Essa dimensão educativa do trabalho do assistente social fortalece o processo de organização de uma nova cultura na comunidade escolar, fundamentada nos princípios e valores do pensamento crítico-humanista, que corresponde ao projeto ético-político do serviço social e dos educadores que concebem a educação numa perspectiva crítica. (Martins, p. 258)

Com isso, os assistentes sociais se tornam uma ferramenta importante na investigação das particularidades que possam influenciar o âmbito educacional, mas que parta de uma perspectiva do coletivo daquela comunidade, desempenhado um papel estratégico na luta pelo desenvolvimento do pensamento crítico na classe trabalhadora.

Referente a inclusão no ambiente escolar, se concretiza e é um tema desafiador, ela transcende as barreiras das salas de aula. Envolve a criação de uma equipe capacitada e apta a promover e criar uma atmosfera que não apenas respeite,

mas que compreenda e valorize a diversidade. Ela permeia pela elaboração de uma cultura escolar inclusiva, na qual cada indivíduo possa se devolver e incentivar um espaço onde há harmonia é vital para tal desenvolvimento.

A crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (NEE) por muitos anos foram privadas de uma sociabilidade igualitária, sua educação se dava somente em espaços privados, sem que houvesse contato com crianças sem as mesmas necessidades. A Lei nº 13.146, de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) traz visibilidade às demandas das pessoas com deficiência, que em grande maioria são marginalizadas e excluídas pelo poder público. A Lei visa trazer mais autonomia, acessibilidade e igualdade. Por tanto a inclusão em um ambiente educacional tem como objetivo possibilitar de maneira igualitária a convivência de todos os alunos.

Por sua vez, em uma escola inclusiva, não podemos esquecer das responsabilidades que o Estado tem de fornecer uma estrutura que possibilite essa dinâmica, professores, pais e comunidade desempenham um papel crucial nesse processo. É preciso incorporar essa inclusão também na comunidade escolar e no cotidiano desses jovens.

Os assistentes sociais desempenham um papel importante nesse processo, pois irão atuar na mediação e facilitação. A promoção da inclusão através de programas, suporte às famílias, professores e alunos que enfrentam desafios específicos nesta jornada, ressaltar e sensibilizar a comunidade e, claro, enfatizar a importância de acolher a diversidade.

Sabe-se que a Questão Social dentro do espaço escolar não deixa de se manifestar, ainda é ela o objeto de trabalho do assistente social e que por si só, já é um desafio, porém estando diante de crianças e adolescentes, a escuta se torna ainda mais fundamental. Os adolescentes frequentemente enfrentam desafios sociais e emocionais de maneira mais reclusa. Após a pandemia do COVID-19 e segundo UNICEF (2021) cerca de um a cada sete jovens está sofrendo com algum tipo de transtorno mental.

Se faz necessário que estes jovens enxerguem que existe um espaço seguro para que expressem suas aspirações e medos sem julgamentos, pois embora seja vedado ao psicólogo atendimentos clínicos nesse ambiente, os encaminhamentos a profissionais aptos é dever profissional. A promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento humano é sem dúvidas, um dever do assistente social, proporcionar

um espaço onde cada estudante possa se reconhecer como um indivíduo único.

Diante dos desafios, a maior ainda é a implementação da lei e a criação dos núcleos que a lei impõe, que deve ser acompanhada de perto. A implementação pode ser afetada pela falta de recursos orçamentários e pela organização educacional em nível regional, destaque para Minas Gerais, que segundo os dados apresentados pelo CFESS (2023) abrangem 1/5 dos municípios brasileiros, porém vale ressaltar que Minas Gerais tem em sua totalidade 853 e sabe-se que muitos não abrangem esse “pré requisito”.

Para aprofundar meu entendimento sobre este assunto, participei de uma assembleia em Conselheiro Lafaiete, MG, na qual se discutia a implementação da Lei 13.935/2019. Nesse encontro, estavam presentes membros da comunidade escolar, professores, psicólogos, vereadores e representantes do CREAS e do CFESS. Ao abordarmos a questão da implementação, fui informada de que não há previsão imediata de execução devido a um processo em andamento de reforma administrativa.

Durante a discussão, foi comunicado que existe apenas um núcleo em atividade na cidade, composto por dois assistentes sociais e dois psicólogos, para atender a demanda de 19 escolas estaduais na cidade. Essa disparidade entre o número de profissionais e a extensão das necessidades nas escolas é notável e apresenta um desafio considerável. Mesmo com o comprometimento desses poucos profissionais, é evidente que enfrentam uma sobrecarga expressiva de demandas. Essa situação evidencia a negligência por parte do Estado com a garantia do acesso a educação de qualidade, como previsto pelo ECA.

De acordo com Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (2009):

Art.53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

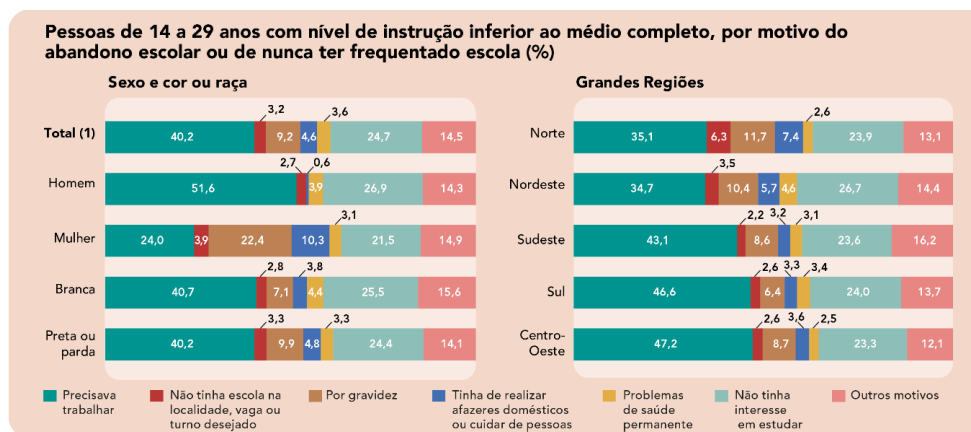
- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. direito de ser respeitado por seus educadores;
- III. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV. direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V. acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência

É preciso compreender neste ponto que o serviço social na educação é diferente do serviço social e educação. Aqui estamos tratando da inserção do assistente social dentro do quadro de profissionais da educação nas escolas, há limites contidos e impostos, sejam eles estruturais, financeiros e metodológicos.

Dentre os grandes enfrentamentos na educação brasileira, para pedagogos, assistentes sociais e psicólogos será enfrentar o grande número de evasão escolar devido a desigualdade social derivada da Questão Social, e das suas expressões nas questões de gênero, raça e violência familiar ou psicológica.

Segundo o censo do IBGE cerca de 22 milhões de pessoas no Brasil não terminaram o ensino básico.

Figura 2. Nível de Instrução Pessoas de 14 a 29 anos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
 (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Fonte: IBGE 2022

As principais demandas são questões de gênero, bullying, aborto, violência física e violência de direitos, e como já mencionado, a evasão escolar, tendo consciência que a área de atuação da assistência social é as relações sociais, e embora a educação básica seja um direito regulamentado pela Constituição brasileira, as expressões da Questão Social se interpõem este direito.

As competências e atribuições são delimitadas em nosso Código de Ética e é através das leituras que o assistente social realiza no campo de atuação que se vê outras demandas que podem se manifestar.

As demandas enfrentadas neste espaço, são as expressões da Questão Social, portanto, a atuação do assistente social na educação deve ser entendida como um espaço sócio-ocupacional, de modo que sua intervenção será baseada em relatórios, discussão de grupo, busca ativa, estudo de caso, podendo se utilizar da visita domiciliar, entrevistas individuais, reuniões de equipe e encaminhamento para serviços especializados. Este é um campo ao qual é fundamental a articulação com caráter pedagógico, visto que estará inserido em uma equipe multidisciplinar.

O trabalho multidisciplinar entre os profissionais da educação tem em vista entender as necessidades e melhorar a qualidade de vida dos alunos e da comunidade escolar, de modo que possa se obter soluções mais abrangentes e planos de atendimentos individualizados, de acordo com a realidade e particularidade de cada indivíduo.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e

institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino; (Brasil. 2019)

Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) juntamente com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) lutaram e seguem na luta pelo cumprimento efetivo da Lei nº 13.935/2019, assim como pela preservação dos direitos assegurados pela Constituição Federal, visando uma educação pública de qualidade.

Embora a lei aprovada e sua gradual implementação ocorram em partes do Brasil, ainda que a passos lentos, é imperativo manter-se em alerta. A garantia do fundo orçamentário através do FUNDEB se torna vital. Esta necessidade é acentuada uma vez que os assistentes sociais não são reconhecidos como parte do corpo docente da área de educação, não somos inseridos nos planos de cargo e salário. A batalha pelo reconhecimento e segurança laboral persiste.

O projeto ético-político da profissão se baseia em uma construção de uma sociedade emancipada, e embora como já tenha sido dito, a educação por si só não consegue romper com a ordem vigente, diante de um cenário de interrupções tão bruscas em um direito constituído por lei, é preciso que seja travado uma batalha por esse direito tão importante.

Como o CFESS bem pontua (2023, p.40):

Ainda que tenhamos clareza dos limites contidos e impostos a uma política pública como a de educação e que, portanto, não cabe a ela ser responsabilizada pela correção da discrepância social, entendemos que ela deve contribuir para isso também. E quando temos continuamente a oferta de ações frágeis, recursos insuficientes, estruturas institucionais e de recursos humanos precarizados, é evidente que tais condicionantes afetam a oferta e a qualidade dos processos formativos e se presentificam nos resultados que serão obtidos, ou seja, reduzida contribuição com uma maior incorporação e homogeneização social.

Como defensores de uma educação de qualidade e gratuita, é nosso dever defender e intervir para a funcionalidade dos direitos destas crianças.

Este é, portanto, um significativo avanço na promoção de uma educação mais centrada no aluno e em seus interesses, frente à educação inclusiva ciente das particularidades da aprendizagem, que não ocorrem paralela às expressões da questão social cujo desempenham um papel crucial no desenvolvimento escolar e social.

A colaboração entre os profissionais na educação fortalecerá a luta pela garantia dos direitos e criará um ambiente propício para o desenvolvimento estudantil. Com isto, a luta para uma sociedade emancipada vislumbra sua força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Exploramos as complexidades do exercício profissional diante do cenário da educação brasileira e sob a perspectiva das obras de autores como Marx e Mészáros em busca de compreender as questões que envolvem o exercício profissional dos Assistentes Sociais na educação básica. É evidente ao fim deste estudo que a educação pública enfrenta grandes desmantelamentos, reflexo de uma ruptura de crenças, um sistema opressor, e de uma sociedade desigual. Ao revisitarmos essas complexidades evidencia-se que o trabalho do assistente social, desempenha a função contribuir para um norte transformador para a sociedade.

Essa transformação, não pode ser pontual; ao contrário, deve abranger todos os domínios da existência dos meios sociais. O capital provoca e reverbera um distanciamento entre as classes, se utilizando da educação, uma das ferramentas de entrada no processo de alienação, conseqüentemente, transformar a educação requer uma intervenção e transformação qualitativa.

Essa conclusão demanda esforço e tempo, especialmente ao considerar a dificuldade de afastar-se do imaginário que a educação possui um papel redentor para o mundo, algo que é difícil de se imaginar e que agora parece até um pouco ingênuo diante do discurso de meritocracia ao qual estamos constantemente expostos. Isso se deve ao fato de que atualmente em nossa sociedade, a educação formal consiste na alienação e no controle da classe oprimida, ou seja, ela não está posta para que a classe trabalhadora possa se reconhecer nos processos do capitalismo, portanto, diante dessa educação e espaços escolares é preciso que se tenha estratégias transformadoras.

Reforçando essa perspectiva pelas palavras de Marx (1895, p. 25):

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Ou seja, a sociedade ao qual fazemos parte está inserida em um sistema ao qual nos foi imposto desde que nascemos, são inúmeras as situações que nos deparamos ao decorrer da vida que reforçam esse sistema, por isso existe um

exercício crítico e dialético a se fazer para que possamos compreender a realidade a nossa volta.

Como István Mészáros (2003) elucida em sua obra, é importante ressaltar que a educação precisa ser compreendida de maneira mais ampla do que o limite escolar, pois grande parte da nossa formação ocorre fora dos espaços institucionais, por isso o pensamento crítico que somente o conhecimento nos possibilita é um alicerce importante na busca pela emancipação humana.

Dito isso, podemos dizer que não somente a implementação da Lei nº 13.935/2019 será a solução para a emancipação humana, mas como já mencionado, é um grande alicerce para o desenvolvimento de seres críticos. A presença desses profissionais é a garantia de que haverá uma viabilização para que a escola seja um espaço inclusivo que celebre a diversidade.

O papel do assistente social em viabilizar o acesso aos direitos vai de encontro a aprovação da Lei nº 13.935/2019, que determina a presença de assistentes sociais nas escolas e traz consigo um grande marco nos avanços da luta por um ensino público de qualidade para todos, que foi o reconhecimento da importância de uma intervenção profissional de psicólogos e assistentes sociais. Essa conquista deve sim ser celebrada, pois é fruto de uma longa construção e luta política.

Alinhado ao nosso projeto ético-político, é crucial compreender que a profissão está intrinsecamente envolvida na busca por mediações e ações para que os direitos das crianças e adolescentes possam ser respeitados. Os desafios que permeiam a educação pública, como evasão escolar, violência, e a constante desigualdade, são fragmentos da opressão do sistema ao qual estamos inseridos.

Esta transformação almejada se dará por meio de muita luta e busca pela superação da dominação da classe vigente, o serviço social e os assistentes sociais podem acreditar que ao compreendermos o espaço escolar como um importante e relevante meio de sociabilidade, iremos nos aproximar do desenvolvimento humano, afinal a educação tem em sua essência o poder de explorar e expandir horizontes quando conhecida de maneira certa, mesmo que hoje esta seja uma área que sofre constantes ataques e tenha uma interferência direta do Estado, este é mais um campo de atuação a se tornar voz para a classe trabalhadora. Ao estarmos presentes nesse espaço, estamos também inseridos na comunidade escolar.

Durante esse estudo, foi evidenciado a importância de uma transformação, uma ruptura com a educação vigente, para isso é necessário profissionais comprometidos e que essa percepção de transformação não fique meramente nos ideais do projeto ético político do serviço social e ocupe os mais diversos espaços.

Como dito por István Mészáros (2003, p 48):

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito.

Portanto, os profissionais que estão nesta área de atuação precisam expandir o olhar e as ações para além da burocracia que é imposta. Essa ruptura com a lógica do capital requer a implementação de estratégias e planejamentos com práticas que envolvam a comunidade escolar e estimule a busca pelo pensamento crítico.

Assim, a influência que o serviço social traz para educação vem com uma grande responsabilidade, principalmente ética e política. Com o olhar voltado para a proteção de direitos e a viabilização, os assistentes sociais estão aptos para se posicionar diante de qualquer intercorrência que viole os direitos, dessa forma asseguramos que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento.

É importante que se reconheça que embora seja um avanço, uma atuação efetiva é desafiadora, afinal é um espaço de contradição de interesses. Os obstáculos incluem desde a falta de reconhecimento legal a reconhecimento na grade curricular de um sistema educacional. Isso exige dos profissionais uma constante vigilância, para que não haja um retrocesso no compromisso com a qualidade da educação pública brasileira.

Neste contexto, é fundamental ressaltar que a educação não se limita apenas a transferência de conhecimento, ela é um campo fértil que permeia a construção social. Este ideal vai de encontro com Paulo Freire, que via na educação não apenas um ato de depositar informações, mas sim um processo dinâmico de construção de conhecimento. Em outras palavras, a transformação educacional significa ser orientada para a criação de uma consciência crítica e emancipadora, capaz de romper camadas profundas, atingindo as condições objetivas que mantém a alienação.

Em suma, a influência do exercício de um assistente social na educação pública, está diretamente ligada a um papel crucial na construção de uma sociedade emancipada, onde a educação seja inclusiva, estimulante, crítica, acessível e transformadora.

A análise e apresentação dos dados que são expostos neste conteúdo, servem para corroborar o entendimento deste trabalho, mas cabe aqui a reflexão de que até o momento da postagem e leitura, essas nossas publicações já podem ter sido alteradas visto que a implementação da lei esta em andamento. Ao qual esperamos que traga luz aos profissionais.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, Caroline. Educação e emancipação humana: uma contribuição Marxista. **VII Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2012.

BATISTONI, Maria Rosângela. O movimento de reconceitualização no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 136-150, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília-DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília-DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Censo da educação superior mostra aumento de matrículas no ensino a distância. **Gov.br**, out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. ENAP. Legislação: marcos e políticas. Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência. ENAP, [s.d.]. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Diálogos do cotidiano – Assistente Social**: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 4. Brasília (DF): CFESS, 2023.

COSTA, Raclima Crisita de Oliveira; BERGHAUSER, Neron Alipio C. Uma reflexão sobre alfabetização de jovens e adultos no Brasil: Uma reflexão sobre a primeira metade do século XX. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 8, n. 21, 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-5196>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed., 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Irene; FERREIRE, Igor. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **Agência de Notícias IBGE**, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, 2013.

Disponível em: <https://www.academia.edu/download/73595494/n113a05.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3ª ed. rev. São Paulo: Instituto Lukáes, 2012. 254p.

LUKÁCS, Georg *et al.* As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, v. 4, p. 1-18, 1978. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/As%20bases%20ontol%C3%B3gicas%20do%20pensamento%20e%20da%20atividade%20do%20homem.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 277p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. ENDERLE, Rubens. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/download/35409764/A_construcao_do_PEP_jose_paulo_netto.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

TEIXEIRA, Larissa Souza. O homem perante o capitalismo: interrogações sobre consumo e heteronomia. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/2959/1/Larissa%20Souza%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTOS, Lorena Costa Batista dos. **Serviço social e educação:** balanço da produção do conhecimento sobre o trabalho do/a assistente social em escolas públicas. SIBI/UFBA/Faculdade de Educação, 2019.

MOLJO, Carina Berta; PARREIRA, Janaina Aparecida; RAMOS, Tamara Duarte. **A dimensão socioeducativa do serviço social:** reflexões sobre as ações profissionais desenvolvidas no Cras. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2019

WAYNE, Michel; CABRAL, Vinicius Neves de. **Capitalismo, Classe e Meritocracia:** um estudo transnacional entre Reino Unido e o Brasil. Educação & Realidade, Porto Alegre, 2021

MELO, Maria Lúcia; RODRIGUES, Denise Simões. **Gramsci e a Educação.** Fortaleza, 2016.